

## **MANUAL DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)**

A autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual a instituição constrói conhecimento sobre a sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação. Identifica fragilidades, bem como potencialidades e estabelece estratégias de superação de problemas.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades: Avaliação externa, realizadas por comissões designadas pelo INEP e a autoavaliação, coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O Projeto de Autoavaliação foi elaborado em cumprimento à Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Ele tem como base as disposições contidas na Portaria MEC 2.051, de 09 de julho de 2004, e as Diretrizes para a Autoavaliação das Instituições e as Orientações Gerais para o Roteiro da autoavaliação, editados pela CONAES.

Contemplando os 5 (cinco) grandes eixos temáticos e indicadores constantes no Instrumento de Avaliação Institucional Externa, o projeto prevê a compatibilidade entre as duas instâncias de avaliação – interna e externa -, vez que ambas contemplam as 10 (dez) dimensões previstas pelo SINAES. A Nota Técnica Nº 65/2014 define o roteiro para elaboração do Relatório de autoavaliação Institucional, a saber:

### **Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional**

No eixo 1, considera-se a dimensão 8 (Planejamento e avaliação) do SINAES. O foco desse eixo é a descrição e a identificação, por intermédio do Relato Institucional (RI), dos principais elementos do processo avaliativo da IES em relação ao seu PDI, aos relatórios elaborados pela CPA e aos demais documentos institucionais avaliativos do período que constitui o objetivo de avaliação.

O RI tem como objetivo evidenciar a evolução acadêmica da IES e deve ser organizado de modo a apresentar uma síntese histórica dos processos avaliativos internos e externos da Instituição e as ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações.

### **Eixo 2: Desenvolvimento Institucional**

O eixo desenvolvimento institucional contempla as dimensões 1 (Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional) e 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do SINAES.

Este eixo tem seu foco no PDI e consiste na verificação da coerência existente entre esse documento institucional e as ações desenvolvidas nas diferentes vertentes de sua atuação acadêmica – ensino, pesquisa, extensão e gestão. Pretende igualmente verificar os diferentes caminhos percorridos (ou a percorrer) pela IES no contexto de sua inserção social, bem como sua atuação face à inclusão e ao desenvolvimento social, tendo sempre como base a missão, os propósitos e as metas anunciadas no PDI.

### **Eixo 3: Políticas Acadêmicas**

Este eixo contempla as dimensões 2 (Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão), 4 (Comunicação com a Sociedade) e 9 (Políticas de Atendimento aos Discentes) do SINAES.

No eixo políticas acadêmicas analisam-se os elementos constitutivos das práticas de ensino, pesquisa e extensão, considerando como meta o aprendizado. Enfatiza-se também a relação entre as políticas acadêmicas, a comunicação com a sociedade e o atendimento ao discente.

### **Eixo 4: Políticas de Gestão**

Esse eixo contempla as dimensões 5 (Políticas de Pessoal), 6 (Organização e Gestão da Instituição) e 10 (Sustentabilidade Financeira) do SINAES.

O eixo políticas de gestão tem como foco a verificação do desenvolvimento das políticas de pessoal e da organização e gestão da instituição. Abrange, ainda, elementos do planejamento e da sustentabilidade financeira da IES para garantir o seu pleno desenvolvimento de forma sustentável.

## **Eixo 5: Infraestrutura Física**

Esse eixo contempla a dimensão 7 (Infraestrutura Física) do SINAES.

No eixo infraestrutura física, verificam-se as condições que a IES apresenta para o desenvolvimento de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão.

### **Do Processo de autoavaliação**

O processo de autoavaliação é de responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que tem por objetivos produzir conhecimentos, questionar o conjunto de atividades cumpridas pela FCTP, identificar as causas e seus principais problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e a capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo e tornar mais efetivo os vínculos estabelecidos com a comunidade. Ao identificar fragilidades e potencialidades da FCTP, a autoavaliação revela-se um importante instrumento para a tomada de decisões e tem o compromisso de produzir informações, análises e propostas para o aprimoramento da qualidade de ensino e de seu compromisso social.

Conforme o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), em sua composição, a CPA conta com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica: 1 (um) representante dos docentes efetivos; 1 (um) representante dos técnicos-administrativos; 1 (um) representante dos discentes; e, também, 1 (um) representante da sociedade civil organizada, indicado pelo Conselho Superior (CONSUP), estando vedada a existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos representados.

Vale ressaltar que os representantes dos docentes, dos técnicos-administrativos e dos discentes da FCTP são eleitos pelos seus pares, com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução para o período imediatamente subsequente.

O processo de autoavaliação é desenvolvido em três etapas. A primeira etapa consiste na preparação do projeto de autoavaliação, a segunda no seu desenvolvimento e a terceira na consolidação.

## **Da Preparação**

Para a sensibilização da comunidade acadêmica e da sociedade civil em relação a importância da avaliação institucional, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) utiliza-se de ciclo de palestra para discutir cada uma das 10 dimensões do art. 3º, da Lei 10.861, bem como das possibilidade de implementação de transformações diante dos desafios apresentados; reuniões com cada segmento da comunidade acadêmica e com representantes de instituições da sociedade civil para a promoção de debates e a disseminação de informações, sistematização das demandas e sugestões oriundas da comunidade acadêmica e da sociedade.

Por meio de campanhas motivacionais, a CPA busca a participação e envolvimento da comunidade acadêmica e da sociedade civil, para explicar didaticamente a importância da autoavaliação com os seguintes procedimentos:

- Elaboração de cartazes, panfletos e outros instrumentos de comunicação interna dispostos nas áreas de maior circulação da IES
- E-mail para toda comunidade acadêmica;
- Campanha digital no sitio eletrônico e redes sociais

## **Do Desenvolvimento**

Definição do modelo de coleta de dados, análise da documentação gerencial e didático-pedagógica, elaboração de questionários e aplicação deles entre membros da comunidade acadêmica (corpo discente, docente e técnico-administrativo) e da sociedade civil.

O processo de investigação e pesquisa a ser desenvolvido pela FCTP, adota instrumentos de coleta de dados diversificados, a serem aplicados a todos os segmentos envolvidos com a Instituição, conforme suas peculiaridades, para conhecer a percepção da comunidade acadêmica e sociedade civil sobre os processos avaliativos e dos efeitos que poderão ter sobre cada setor e, de forma mais ampla, sobre a Instituição. Nesse sentido, a definição dos instrumentos de coleta de dados deve incorporar as demandas e os interesses da

comunidade acadêmica e da sociedade civil, adaptando-se os procedimentos necessários para a estruturação de uma pesquisa de satisfação junto ao público que integra a Faculdade.

A FCTP utiliza-se de questionários que disponibilizados de forma online para a comunidade acadêmica proporcionarão maior rapidez na obtenção das informações e atingindo maior número de respondentes em curto espaço de tempo. Após o recebimento dos questionários, é feita a tabulação dos dados. Os dados são tabulados agrupando-se as informações de acordo com os critérios estabelecidos previamente pela CPA.

A utilização do formulário físico é para o levantamento da percepção da sociedade civil em relação à atuação da faculdade, abrangendo as seguintes dimensões: a missão da faculdade, a comunicação com a sociedade, a responsabilidade social, e o que a sociedade compreende como pontos positivos e negativos da atuação da faculdade.

Faz-se necessário entender que o conjunto dos resultados possibilitará a viabilização e articulação simultânea de pessoas, serviços, conhecimento das dificuldades e potencialidades da organização, bem como, a construção de novos rumos e decisões a serem tomadas.

### **Da Consolidação**

A consolidação consiste na elaboração, análise e divulgação do relatório final. Contempla, também, a realização de um balanço crítico do processo avaliativo e de seus resultados em termos da melhoria da qualidade da Instituição.

Com base nos dados coletados, a CPA formulará, semestralmente, relatório para permitir a disseminação do conhecimento sobre a Instituição, tanto interna quanto externamente. Este conhecimento possibilita o contínuo processo de aperfeiçoamento acadêmico.

O relatório das informações é apresentado na primeira reunião do Conselho Superior - CONSUP do semestre seguinte. Após discussão no CONSUP, e da aprovação dos relatórios da CPA, bem como da aprovação das medidas cabíveis, a CPA envia os relatórios aos responsáveis pelas áreas para sua apropriação, com o objetivo de promover discussões e encaminhamentos que resultem na melhoria contínua com a qual a Instituição está comprometida.

O conjunto de avaliações realizadas resulta na construção de um sistema de informações com uma estrutura interativa que auxilia na tomada de decisões, conforme os objetivos propostos, estabelecidos previamente.

O relatório final da avaliação expressa o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos, principalmente, do processo de autoavaliação. Tornando-se públicos, no sítio institucional e disponibilizado resumo de forma impressa na IES para livre acesso a qualquer interessado pelas informações e de banners colocados em pontos estratégicos da FCTP. Resultados utilizados no sentido da melhoria dos cursos e serviços oferecidos pela Instituição, buscando aperfeiçoar o atendimento à comunidade acadêmica e sociedade civil.

Os resultados de todas as avaliações externas ou internas, serão condensadas em um Relato Institucional, conforme previsto em legislação, por meio da nota técnica INEP/DAES/CONAES nº 62/2014.

Este Manual entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior.

Fortaleza-Ce, 01 de julho de 2020.